

Mandante é questão para 2ª fase do caso Marielle, dizem autoridades

Nos protestos que há um ano cobram a solução do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, a pergunta "quem matou?" esteve sempre junta de "quem mandou matar?"

Vinicius Lisboa/Agência Brasil

Ao prenderem dois suspeitos nesta semana, a Polícia Civil e o Ministério Público apresentaram sua resposta para a primeira. A identidade de possíveis mandantes é uma das perguntas que vão guiar a segunda fase da investigação, que já está em curso.

O chefe da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, delegado Giniton Lages, deixou claro ontem que as equipes continuam a apuração de outros suspeitos de envolvimento no crime. Apesar de apenas dois mandados de prisão terem sido cumpridos na última terça (12), contra o policial militar reformado Ronnie Lessa, suspeito de atirar, e o ex-PM Elcio Vieira de Queiroz, suspeito de dirigir o Colbalt que seguiu Marielle, os policiais civis cumpriram 34 mandados de busca e apreensão. Um dia depois, mais 16 mandados de busca foram cumpridos e cinco pessoas prestaram depoimento, sendo um bombeiro, dois policiais militares e dois empresários.

"O caso ainda está em aberto", resumiu Giniton Lages, ao apresentar os resultados da investigação na última terça, após um ano de sigilo. O segredo em relação aos dados da investigação vai continuar na segunda fase, adiantou ele, que não descartou a possibilidade de os assassinos terem agido por conta própria. "Se ele [Ronnie Lessa] resolveu da cabeça dele, é uma hipótese, está em aberto. Se ele recebeu para fazê-lo, está em aberto. Por isso que a segunda fase é muito difícil".

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, disse haver grande probabilidade de que os assassinos tiveram um mandante e informou que a segunda fase contará com técnicas de investigação próximas das usadas contra organizações criminosas, com análise de documentos já apreendidos, oitiva de testemunhas e delação premiada. Os advogados dos dois suspeitos presos, entretanto, afastam a possibilidade de acordos de colaboração e afirmam que seus clientes são inocentes.

A investigação, no entanto, não será mais coordenada na Polícia Civil pelo delegado Giniton Lages, que foi convidado pelo governador para participar de um intercâmbio na Itália para estudar formas de combate a organizações criminosas como a Máfia. Giniton vai ajudar a elaborar um programa de aperfeiçoamento para delegados fluminenses e um programa de intercâmbio no Rio de Janeiro para policiais italianos.



Os assassinatos completaram um ano ontem (14).

"Convidei porque ele está cansado, está esgotado. É uma investigação que teve um certo esgotamento da pessoa", disse o governador, que afirmou acreditar que a troca da chefia da investigação não vai prejudicá-la. "Aquela investigação que foi feita, o conhecimento foi compartilhado com outros delegados. Outros delegados têm o mesmo conhecimento de como foi produzida a prova".



Deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ) era amigo de Marielle Franco que trabalhou com ele.

O investigador que conduziu o caso até aqui evitou revelar parte das técnicas utilizadas para identificar os suspeitos, para preservar sua eficácia. "Como fizeram um crime praticamente perfeito, tivemos que inverter a ordem das coisas: não é dos vestígios para os autores, mas dos autores para os vestígios". Lembrou que não foi possível contar com o relato ou reconhecimento de testemunhas para identificar os criminosos, já que o carro tinha um insulfilm escuro, e o atirador usava touca ninja. Imagens de câmeras ajudaram com informações sobre o carro, mas tampouco mostraram os assassinos, que ficaram desde cerca das 17h20 até mais de 21h12, hora do crime, sem sair do carro.

Até mesmo informações captadas em interceptações telefônicas e ligações anônimas ao Disque Denúncia se mostraram insuficientes, segundo o delegado, que precisou juntar um pouco de tudo e trabalhar em um perfil dos criminosos, acompanhando passos de suspeitos nos momentos anteriores e posteriores ao assassinato. O perfil do atirador Ronnie Lessa, descreveu Giniton, inclui ter sido treinado no Batalhão de Operações Especiais (Bope) e também atuação na Polícia Civil. Ronnie mora em um condomínio de luxo na Praia da Barra da Tijuca e, segundo palavras do delegado, "tinha uma obsessão e um desejo de morte" contra pessoas que militam à esquerda na política.

Apesar de o indiciamento incluir o agravante motivo torpe, a investigação da motivação do crime continua, inclusive para que sejam identificados possíveis mandantes do assassinato de Marielle, crime que levou também ao assassinato do motorista Anderson Gomes e à tentativa de assassinato da assessora Fernanda Chavez, que estava no carro e sobreviveu aos disparos.

Ao cumprir um dos mandados de busca na última terça-feira contra Lessa, a polícia encontrou peças para a montagem de 117 fuzis do tipo M-16, no endereço de um amigo do PM reformado. A apreensão dos armamentos de grosso calibre foi considerada a maior já realizada no estado, superando a apreensão de 60 fuzis no Aeroporto do Galeão, em 2017. O amigo de Lessa, Alexandre Motta, foi preso. Seu advogado afirma que ele não sabia o que estava nas caixas que Lessa havia pedido para que guardasse em seu apartamento. A defesa de Lessa nega que ele seja dono das armas.

Os nomes de Ronnie Lessa e Alexandre Mota também apareceram vinculados a uma lancha avaliada em R\$ 600 mil, apreendida no condomínio de luxo Porto Gallo, em Angra dos Reis. Segundo a Polícia, Mota era laranja de Lessa, e a lancha estava em seu nome. As investigações também apontam que o PM reformado é dono de um terreno no mesmo condomínio.



O delegado da Polícia de Homicídios, Giniton Lages, ressalta que haverá uma segunda etapa de investigações.

Uma das perguntas que a investigação vai buscar responder na próxima fase é o paradeiro do carro utilizado no crime e como se deu seu processo de clonagem. Durante a investigação, os policiais chegaram a conferir 126 proprietários do automóvel Chevrolet Colbalt Modelo LS, cor prata, em toda a cidade do Rio de Janeiro. O carro usado no crime é clone de outro que estava em uma garagem da zona sul da cidade no momento do assassinato. Uma equipe de agentes está dedicada a esse fragmento da investigação, segundo Giniton.

"Quem fez esse carro? Preciso alcançar esse partícipe. Ele terá que ser preso e responsabilizado no caso Marielle", disse o delegado, que também afirmou que é preciso eliminar de vez a hipótese de haver uma terceira pessoa dentro do carro no momento do crime. Em um ano, o caso Marielle e Anderson mobilizou 47 policiais civis dedicados exclusivamente a essa investigação. Mais de 5,7 mil páginas foram produzidas, em um inquérito que tem 29 volumes e ouviu 230 testemunhas. O número de linhas telefônicas interceptadas chega a 314.



Marielle Franco: assassinato da vereadora ocorreu há um ano.